

ATA N.º 18 (REUNIÃO PRIVADA)

OOXXXOO

000

ABERTURA DA REUNIÃO------

------ O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA **ORDEM DO DIA** (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. ------

ooxxxoo

000

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

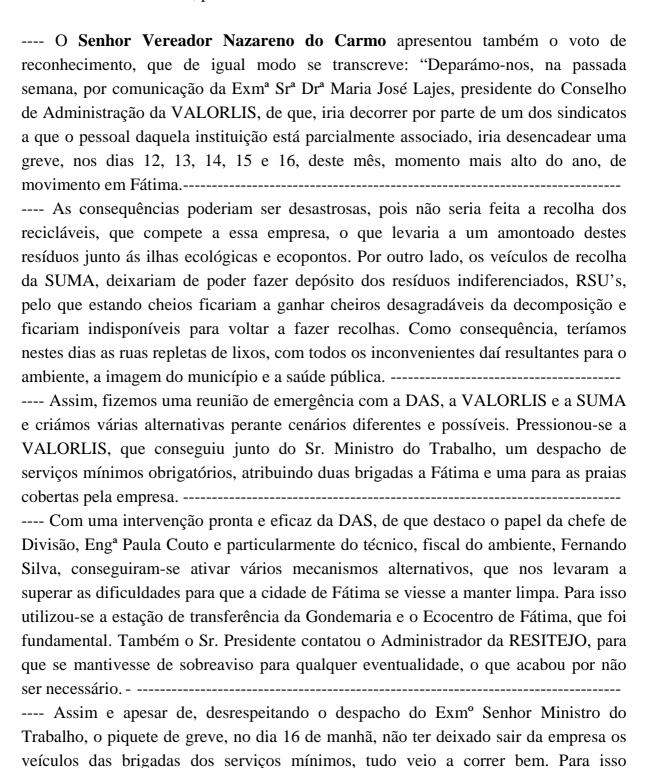
---- Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o **Senhor Presidente** deu seguidamente a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais para a autarquia.-----

---- Tomou a palavra o **Senhor Vereador Nazareno do Carmo**, que, em reposta ao requerimento registado sob o n.º 21.556/2016, dos Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, apresentou o documento que a seguir se reproduz na íntegra: "Em resposta a requerimento dos vereadores da oposição relativamente ao arranjo das rotundas em Fátima, apraz-nos registar, que apesar do valor para a obra ter sido considerado baixo pelos mesmos, este foi cumprido e a obra está feita, de acordo com o projeto e o caderno de encargos. Assim, constata-se que, a bem da comunidade e com vista à preparação do ano do Centenário

das Aparições de Fátima, o "executivo socialista", fez uma boa obra, por preços competitivos e que está à vista de todos, sendo o Hall de entrada privilegiado do Concelho de Ourém e mais propriamente da cidade de Fátima, para todos quantos nos visitam --------- Quanto ás questões propriamente ditas, tenho a reportar o seguinte: ---------- Não há dúvida de que os procedimentos administrativos são morosos e que havia necessidade da execução da obra, que só agora foi dada por concluída, de uma forma rápida, para poder estar pronta no mês de Agosto, em que a Cidade de Fátima é visitada por muito milhares de turistas e peregrinos. --------- Assim, surgiu no dia 21 de Abril de 2016, uma solicitação por parte da DAS, manifestando a necessidade da intervenção nas rotundas. Posto isto e devido à pertinência da questão posta, no dia 13 de Maio de 2016, contatou-se uma empresa da especialidade, a SL Paisagistas, que mediante as solicitações da DAS, executou o projeto. Este é entregue nos serviços a 30 de Maio de 2016, contendo, como é normal, uma estimativa orçamental. Em 30 e 31 os nossos técnicos validaram o projeto e deram como boa a estimativa orçamental proposta, para ser considerada como valor base. --------- Em 31 de Maio, o Sr. Presidente aprova o projeto e remete à DGF para que esta avance com o procedimento, fazendo a cabimentação e elabore as peças do mesmo, por ajuste direto. Após o que, em 9/06, eu, em exercício de funções de presidente, na sua ausência, autorizo a despesa, a proposta da DGF e aprovo as peças do procedimento por ajuste direto, com consulta a uma entidade. Por isso se recorreu por este instrumento, a uma empresa idónea do nosso concelho e com conhecimento suficiente na área da jardinagem, para poder executar um bom trabalho, o que veio a acontecer. --------- Recordo que, a aprovação da despesa é sempre um ato prévio a qualquer outro da contratação. --------- A referida empresa responde a 16/6, via plataforma, com proposta validada pelos técnicos da contratação, no dia 17/06, com valor abaixo do preço base da despesa que havia sido autorizada, como se exige. ---------- Passou-se à receção da documentação da Arquijardim, após o que se elaborou contrato e consignação da obra, a qual decorreu dentro do prazo e cuja conta final da empreitada será posteriormente declarada. --------- A segurança da obra, esteve a cargo de empresa contratada, a M.R. Serviços, que assinou o auto de consignação. -----

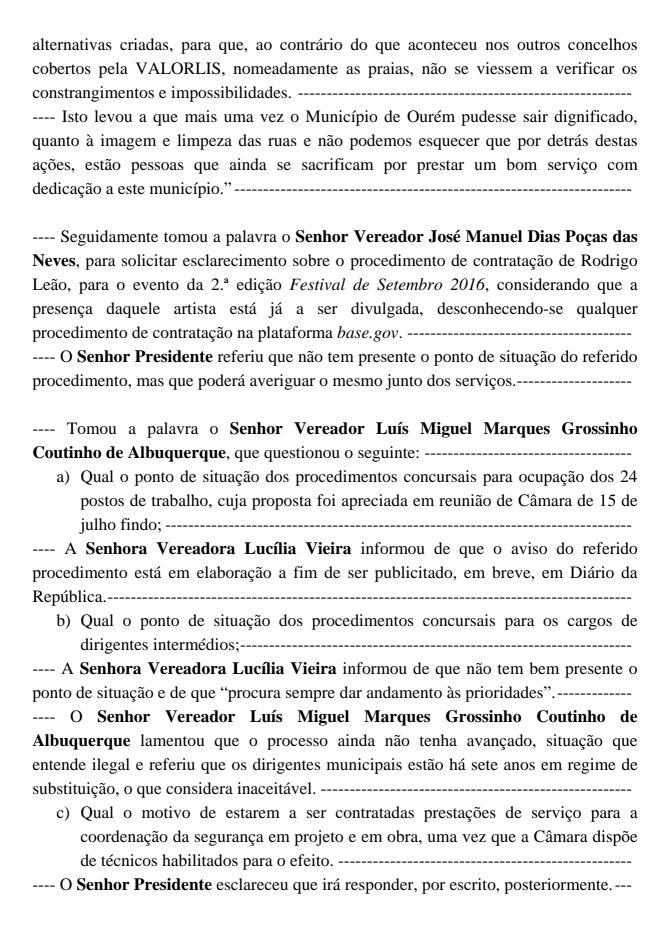


---- A obra foi acompanhada na sua totalidade por técnico da DAS que apresentou relatório e confirmada pela DOM e DAS, após relatório da empresa executante e mediante visitas ao local, para confirmar a funcionalidade de todos os mecanismos."--



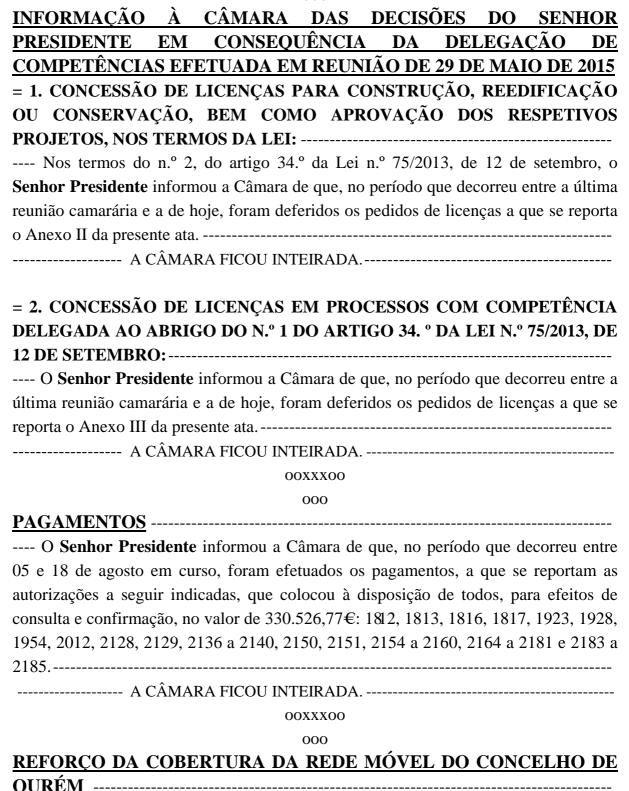
contribuiu a DAS através do Fernando Silva e a SUMA, que trabalharam de noite, nas







OOXXXOO



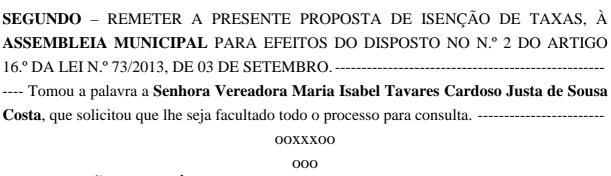


---- Na reunião de 17 de abril de 2015, em deliberação com título idêntico à presente, a Câmara deliberou conceder à Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A., a isenção das taxas de ocupação de espaços públicos para instalação de infraestruturas de rede móvel, até ao limite de 100,00€ e solicitar à Assembleia Municipal que, nos termos do n.º 2, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, se pronunciasse sobre essa isenção.--------- Após aprovação da citada proposta de isenção de taxas, por parte da Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada em 29 daquele mesmo mês, na reunião de 08 de maio de 2015, na presença de proposta de protocolo a celebrar com a referida empresa, a Câmara deliberou aprovar os termos do citado protocolo, na condição de se incluir cronograma com prazos de implementação e de se estabelecer o limite de taxas, aprovado pela Assembleia Municipal. --------- Posteriormente na reunião de 05 de junho de 2015, a Câmara deliberou concordar com o novo texto de protocolo então apresentado e incumbir o Gabinete de Apoio à Presidência de providenciar pela sua assinatura. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo acompanhado da informação n.º 25/16, datada de 11 de agosto corrente, do Gabinete de Apoio à **Presidência**, que se reproduz na íntegra: "No seguimento do protocolo aprovado entre a Câmara Municipal de Ourém e a Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A aprovado pela Câmara Municipal em 17 de Abril de 2015 e pela Assembleia Municipal em 29 de Abril de 2015, viemos agora informar o decurso dos trabalhos já realizados.--------- Já se encontram estudadas e em fase de implementação as freguesias de Seiça, Matas/Cercal, Freixianda/Ribeira do Farrio e Formigais, estando em alguns casos as negociações para a colocação das estações dedicadas. --------- Encontra-se em fase de implementação a estação dedicada na zona industrial de Casal dos Frades, tendo sido esta definida como prioritária, como forma de garantir as empresas que ali se encontram a laborar a possibilidade de uma melhor qualidade de serviço de comunicações/internet. Quanto à praia fluvial do Agroal, a colocação da estação dedicada encontra-se em fase final de licenciamento, faltando somente o licenciamento por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, dada a necessidade de implantar uma estação em reserva ecológica nacional. --------- Neste seguimento informa-se ainda que, em média, a Vodafone Portugal -Comunicações Pessoais, S.A, pelas amostras nas freguesias já estudadas irá instalar 5 a 6 estações dedicadas em cada freguesia, dado que pelas características geográficas



predominantes no concelho o relevo assim o obriga, representando isso um investimento por parte da operadora situado entre os € 75000 e os €125000. --------- Deverá ser referido ainda que tal como foi informado o Município de Ourém pelo ofício n.º ANACOM - S0355829/2014, que os operadores nacionais não tinham qualquer investimento previsto para as "zonas sobra", tendo somente a Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A. demonstrado essa disponibilidade para os referidos investimentos com um projecto interno que visava a qualidade de vida das aldeias/lugares mais isolados, dado que nestas situações o retorno financeiro não se ---- É nesse seguimento que a operadora propôs ao Município a celebração de um protocolo, onde pedia o apoio do município, nomeadamente na alínea 3) clausula 3ª "Isentar a Vodafone do pagamento de quaisquer taxas municipais decorrentes da instalação e manutenção de equipamentos e soluções tecnológicas que forneçam os sinais de rede móvel e internet, nos termos do n.º 3 do artigo 16º da lei 73/2013. --------- Aquando da primeira informação sobre esse ponto, os serviços do município informaram que as taxas a cobrar seriam as constantes no n.º 3 do artigo 10º da Tabela de Taxas em vigor no município, taxas essas que se referem à ocupação do espaço público, isenção essa que fora aprovada pelos órgãos competentes. --------- Acontece que por lapso dos serviços, não fora referido que seria ainda de isentar as taxas urbanísticas resultantes do processo de licenciamento necessário instruir, correspondente a cada estação dedicada. Tendo em conta a tabela de taxas em vigor no município, essa taxa é de €1808,70 por cada estação dedicada. --------- Dado que essa isenção não foi contemplada na primeira informação, viemos se aqui propor que a câmara municipal possa isentar a Vodafone Portugal -Comunicações Pessoais, S.A. das referidas taxas, considerando para tal o referido valor num limite de 6 por freguesia, para assim se poder dar seguimento ao trabalho que tem sido desenvolvido, colocando assim os equipamentos em funcionamento na maior brevidade possível. Salienta-se ainda que poderá verificar-se que em algumas freguesias não seja necessária a instalação de tantos equipamentos. --------- Pelo exposto, deixa-se à consideração superior a decisão a tomar."----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – CONCORDAR COM A ISENÇÃO DO PAGAMENTO, POR PARTE DA VODAFONE PORTUGAL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A., DAS TAXAS URBANÍSTICAS PROPOSTAS, REFERENTES À INSTALAÇÃO DE "ESTAÇÕES DEDICADAS", NO ÂMBITO DO INVESTIMENTO DE MELHORIA DA COBERTURA DA REDE MÓVEL DO CONCELHO;-----





AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)

---- 2. Foi apresentado o requerimento registado sob o n.º 20.825/2016, de **Maria Inácia Lopes Aquino**, residente na Rua João de Deus, n.º 1, 2.º H, em Arruda dos



Vinhos, a solicitar parecer favorável, nos termos do artigo 54.°, da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, com a redação dada pelo artigo 1.º da Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, para celebração de escritura de doação, do prédio a seguir descrito, por daí vir a resultar a constituição de compropriedade: -----• Prédio misto, composto por casa de rés do chão e 1.º andar destinada a habitação e terra de semeadura com oliveiras, sito na Rua Principal, n.º 26, na localidade de Pinheiro, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, do Concelho de Ourém, com a área total de 2302 m², a confrontar a norte e a sul com estrada e a nascente e a poente com Luís de Sousa e Silva, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1906 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 8389 da dita freguesia e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob o n.° 4574.--------- O processo encontra-se instruído com as seguintes informações:-----Número 185/16, de 02 de agosto em curso, da Equipa do Projeto de "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017";----- Datada de 04 também do corrente mês, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso a dar conta de que dado tratar-se de prédio misto, não poderá ser emitido parecer favorável, nos termos do artigo 54.°, da Lei n.° 91/95, de 02 de setembro.---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, NÃO EMITIR PARECER FAVORÁVEL, POR SE TRATAR DE UM PRÉDIO MISTO, AO ABRIGO DA REFERIDA LEI. -----OOXXXOO 000

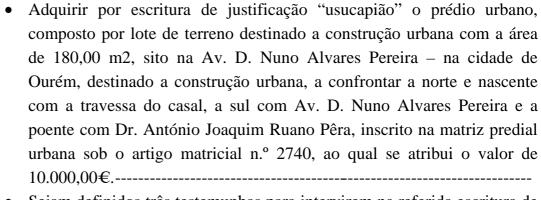




■ Exposição registada sob o n. 14.724/2016, da representante da munícipe, a insistir no deferimento da pretensão da sua cliente, pelos motivos que enumera;

---- O processo encontra-se instruído com os documentos que se passam a especificar:





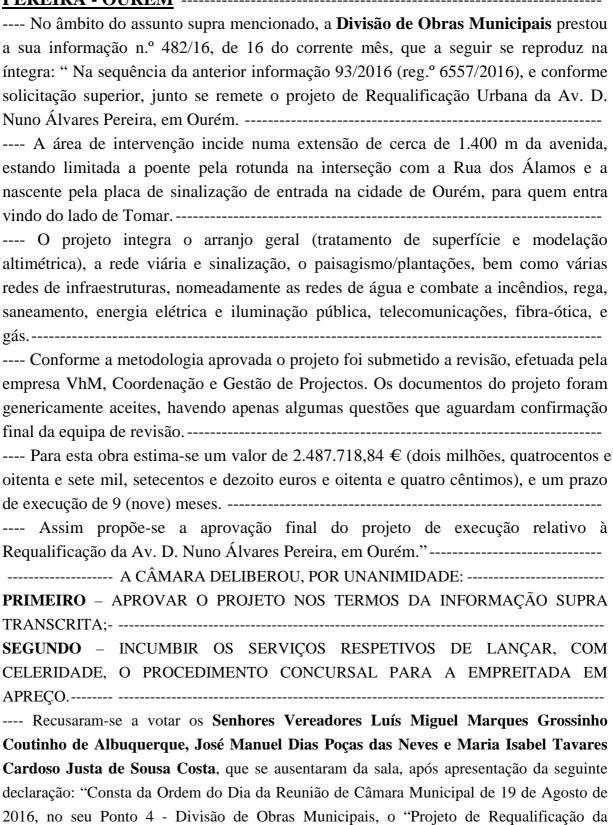
- Sejam definidos três testemunhas para intervirem na referida escritura de acordo com o disposto no nº. 1 do artigo 96 do Código do Notariado;----
- Concedido poderes ao Excelentíssimo Senhor Presidente ou a quem a sua vez legalmente o fizer para outorgar a escritura de Justificação.
- Informação, datada de 09 desse mesmo mês, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a dar conta de que o processo deve ser remetido a reunião de Câmara, no sentido de conceder ao Senhor Presidente os necessários poderes para outorgar a escritura nos termos propostos;------
- Informação, datada de 02 de junho transato, do **Serviço de Património e Notariado**, a dar conta de que já foi requerido o cancelamento da inscrição em vigor (G-1 pela Ap. 21 de 03-06-1991 a favor de Armando Ferreira da Cruz, descrito na Conservatória do Registo Predial de Ourém sob a descrição 939/Nossa Senhora da Piedade). ------

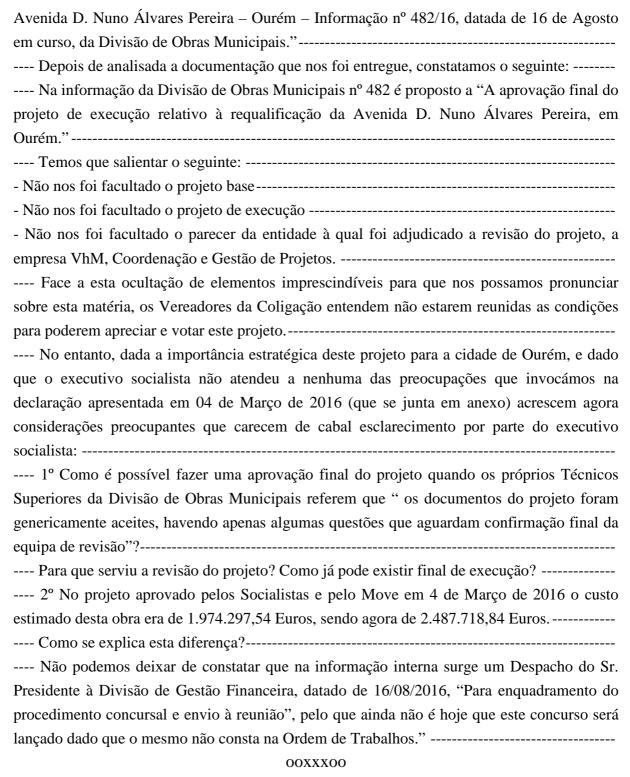
- A VÍTOR MANUEL DE SOUSA DIAS; -----
- B PEDRO MIGUEL REIS NARCISO DE OLIVEIRA;-----
- C FERNANDO LUÍS GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES; -----TERCEIRO CONCEDER AO SEU EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE, OU A QUEM
 SUAS VEZES LEGALMENTE FIZER, OS NECESSÁRIOS PODERES PARA
 OUTORGAR E ASSINAR A ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO DO REFERIDO PRÉDIO.

OOXXXOO



PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA - OURÉM ------

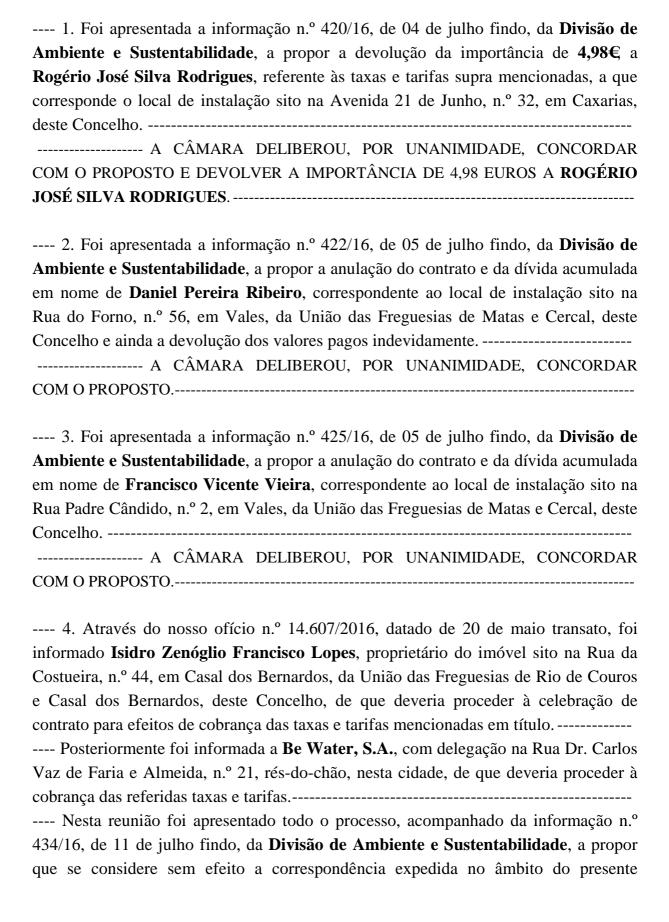




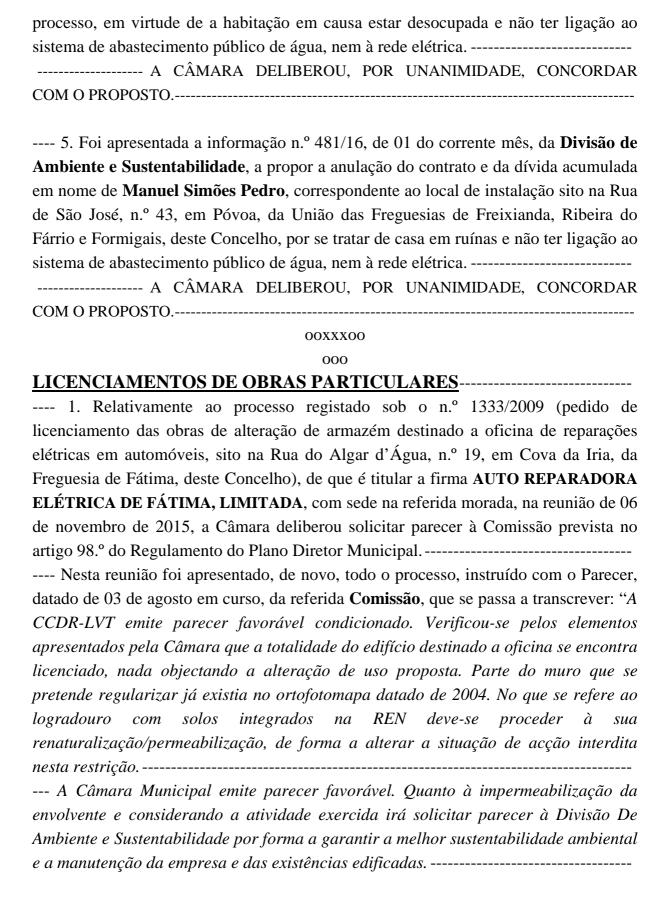
000

TAXAS DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E SISTEMA DE SANEAMENTO, TARIFA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, TARIFA DE RECOLHA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RSU'S --

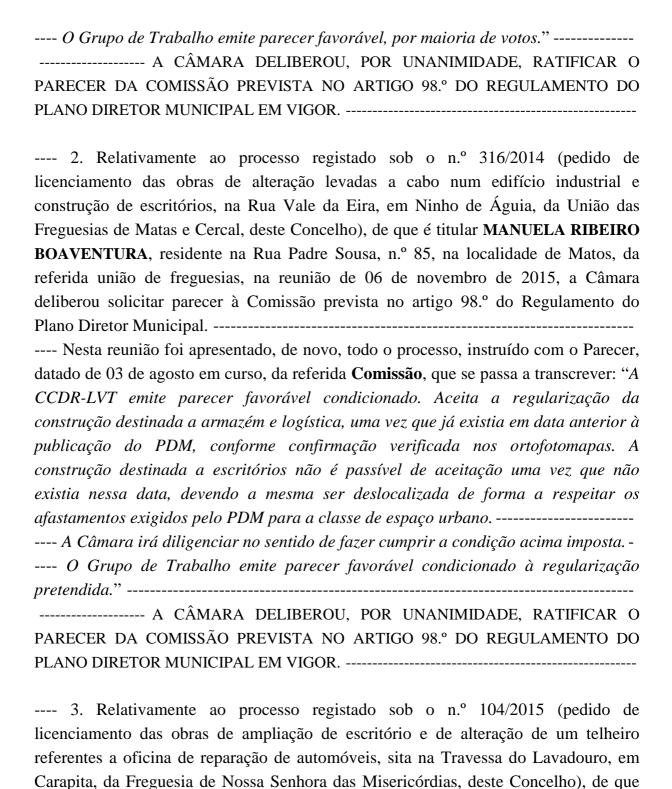




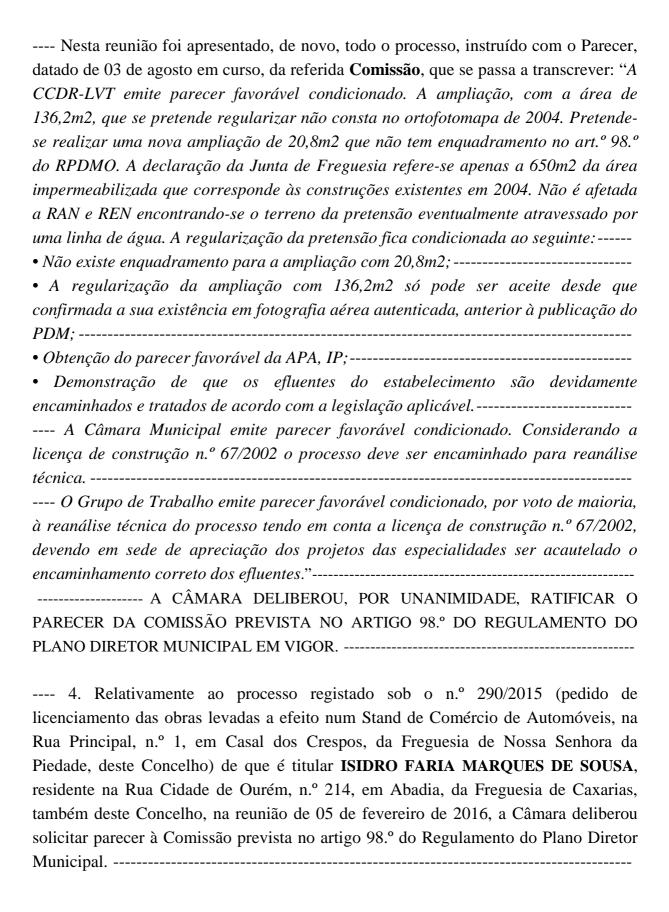




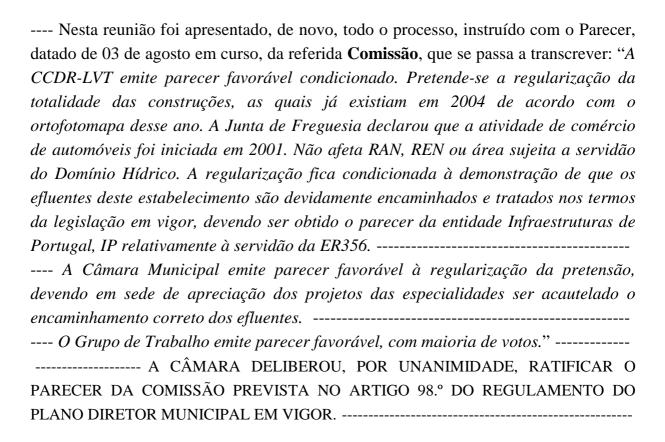




são titulares **FERNANDO PAULO LOPES FARIA** e **ROSA DE LURDES FÉLIX PEREIRA**, residentes na Rua 1.º de Maio, no referido lugar, na reunião de 01 de abril de 2016, a Câmara deliberou solicitar parecer à Comissão prevista no artigo 98.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal.------

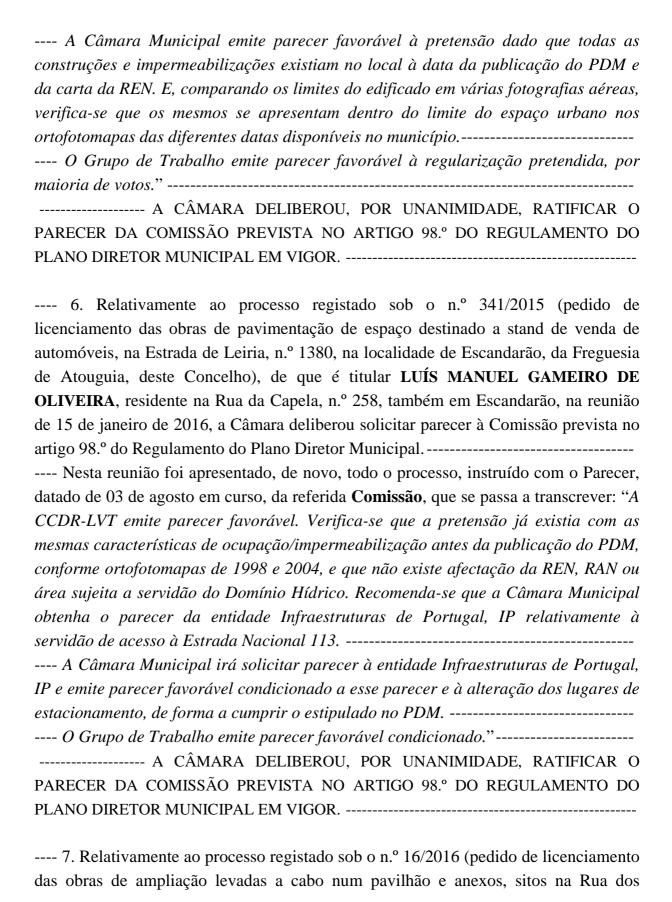






--- 5. Relativamente ao processo registado sob o n.º 334/2015 (pedido de licenciamento das obras de alteração e ampliação levadas a cabo num edifício destinado a estabelecimento industrial, sito em Vale da Figueira, na localidade de Memória, da Freguesia de Espite, deste Concelho), de que é titular a firma ANTUNES & RODRIGUES, Limitada, com sede na Avenida 11 de Julho, n.º 435, também em Memória, na reunião de 29 de janeiro de 2016, a Câmara deliberou solicitar parecer à Comissão prevista no artigo 98.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com o Parecer, datado de 03 de agosto em curso, da referida Comissão, que se passa a transcrever: "A CCDR-LVT emite parecer favorável condicionado. As construções que se pretende regularizar já existiam em data anterior à publicação do PDM conforme ortofotomapas de 1998 e 2004. Verifica-se que não é afetada a RAN e área sujeita a servidão do Domínio Hídrico. No que se refere à REN existe afetação parcial do ecossistema cabeceiras de linhas de água. Consequentemente, as áreas integradas na REN devem ser renaturalizadas/permeabilizadas de forma a alterar a ação interdita nesta restrição. Deve ser obtido parecer da APA, IP no âmbito da REN, bem como o parecer do ICNF sobre a área florestal ardida.-----

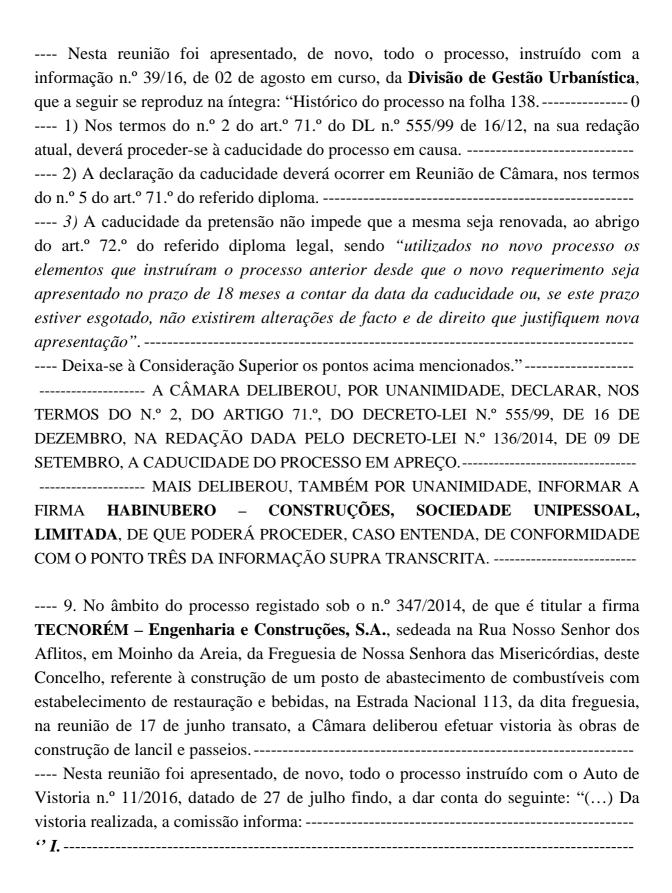






Cantes, em Vilar dos Prazeres, da Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias, deste Concelho), de que é titular a firma HOUSERULE - UNIPESSOAL, Limitada, com sede na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, n.º 61, rés do chão, nesta cidade, na reunião de 04 de março de 2016, a Câmara deliberou solicitar parecer à Comissão prevista no artigo 98.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. --------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com o Parecer, datado de 03 de agosto em curso, da referida Comissão, que se passa a transcrever: "A CCDR-LVT emite parecer favorável condicionado. Pretende-se a regularização de ampliação (nave em banda) que já existia em 2004. As duas platibandas, construídas posteriormente, que servem de cobertura ao estacionamento não são contempladas na definição da área de implantação das construções, conforme art.º 9 do RPDMO, não sendo assim requerida a sua regularização no âmbito do art.º 98.º do RPDMO. Não é afetada REN, RAN ou servidão do Domínio Hídrico. A Câmara Municipal disponibilizou o alvará de licença para realização de OGR emitido pela CCDR-LVT em 10 de março de 2016, valido até 10 de março de 2021 (anexado ao processo), em nome de Decifra Segmento, Lda., empresa arrendatária da requerente, verificando-se assim que a atividade principal já se encontra regularizada. Dever-se-á demonstrar que a unidade possui efluentes devidamente encaminhados e tratados de acordo com a legislação aplicável.--------- A Câmara Municipal emite parecer favorável à regularização da pretensão, devendo em sede de apreciação dos projetos das especialidades ser acautelado o encaminhamento correto dos efluentes. --------- O Grupo de Trabalho emite parecer favorável, com maioria de votos." ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O PARECER DA COMISSÃO PREVISTA NO ARTIGO 98.º DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM VIGOR. ------







No local, a comissão procedeu à realização de medições aos passeios, confinantes
com a Estrada Nacional 113 (Rua Nossa Senhora dos Aflitos) , as quais foram
confrontadas com as seguintes peças desenhadas:
- planta de implantação sobre levantamento topográfico aprovada pela Câmara
Municipal de Ourém (CMO), folha 118 do processo de licenciamento n.º 347/2014
com alvará da licença de construção n.º 4/2016;
- planta de implantação visada pelas Infraestruturas de Portugal, SA , folha 10 do
requerimento n.º 950/2016
Medições efetuadas:
Situação A (ver ANEXO I)
Perfil transversal do passeio: 2,45m
Perfil transversal entre o eixo da via e o lancil interior do passeio: 5,75 m
Situação B (ver ANEXO I)
Perfil transversal do passeio: 2,55m
Perfil transversal entre o eixo da via e o muro: 6,40 m
Situação C (ver ANEXO II)
Perfil transversal do passeio: 2,60m
Perfil transversal entre o eixo da via e o muro: 6,35 m
Situação D (ver ANEXO III)
Perfil transversal do passeio: 2,28m
Perfil transversal entre o eixo da via e o muro: 6,05 m
<i>II</i>
Feita a confrontação acima referida, com base nos elementos que se encontram
cotados nas citadas peças desenhadas, conclui-se:
- na planta de implantação sobre levantamento topográfico aprovada pela CMO,
folha 118 do processo de licenciamento n.º 347/2014, o perfil transversal entre o eixo
da via e o muro é 6,04m e difere da medição efetuada no local (6,35 m). O perfil
transversal do passeio medido no local é 2,60m e na referida planta é variável entre
2,50m e 2,60m
- na planta de implantação visada pelas Infraestruturas de Portugal, SA, folha 10 do
requerimento n.º 950/2016, o perfil transversal do passeio é constante e mede 2,25m.
Das medições efetuadas no local, verifica-se que o perfil transversal do passeio
executado apresenta dimensão variável, medindo respetivamente 2,45m, 2,55m, 2,60m
e 2,28m (conforme referido nas situações A,B,C e D)
<i>III</i>

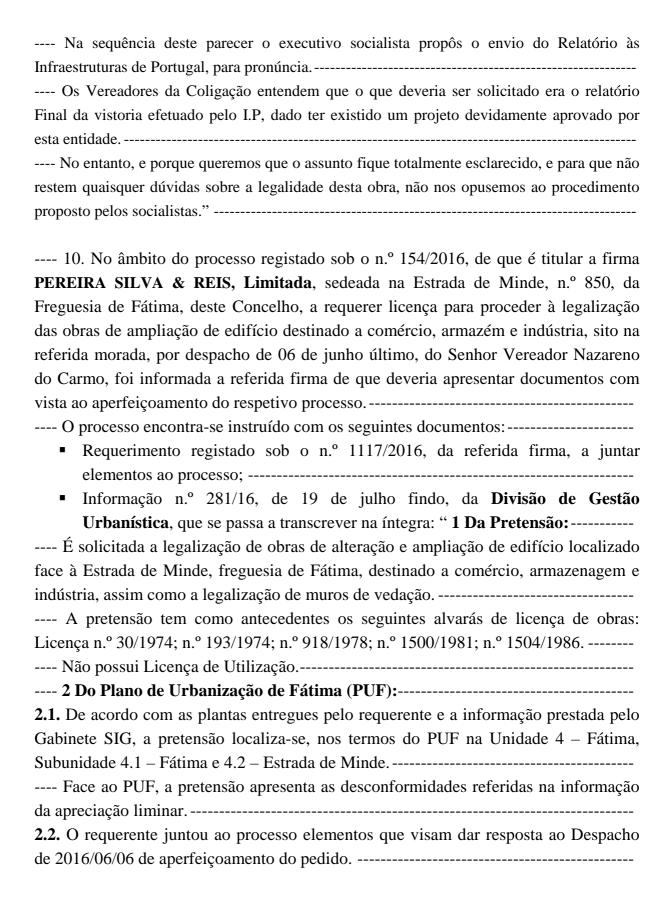


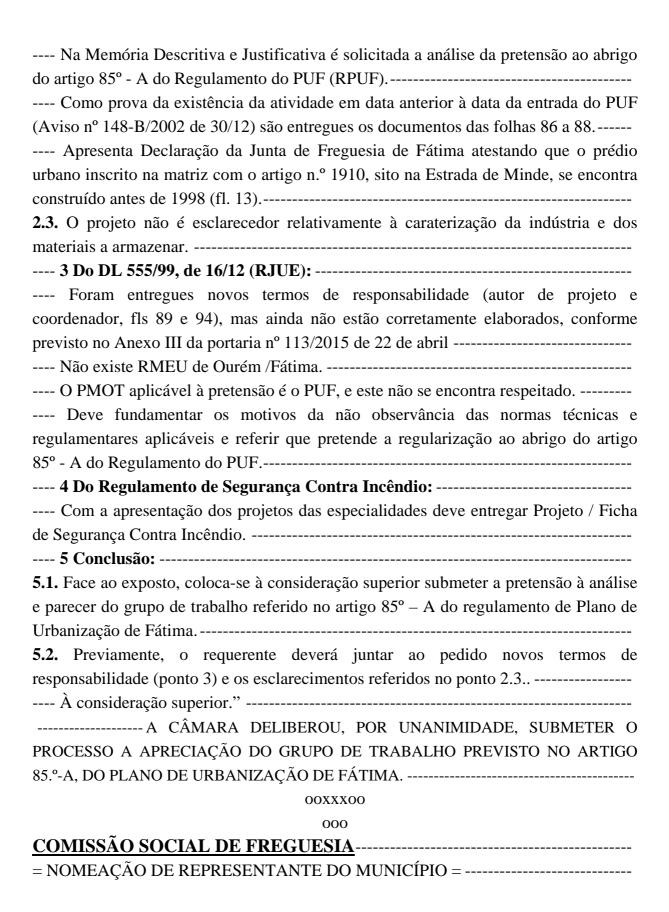
---- As obras (passeios e lancis), objeto de vistoria, localizam-se na Estrada Nacional 113, num troço da jurisdição da Infraestruturas de Portugal SA. A construção do passeio possui ''licença para utilização privativa do domínio público rodoviário'' n.º 10353STM160226, referente à construção do passeio, emitida em 26/02/2016 pela Infraestruturas de Portugal, SA. De acordo com as condições gerais da citada licença, o início dos trabalhos e a sua execução são acompanhados pela Infraestruturas de Portugal, SA, entidade que, após a conclusão dos trabalhos, realizará vistoria à obra de construção do passeio. --------- No local, os representantes da Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A. informaram que a referida entidade tem acompanhado a obra. --------- Face ao exposto, sugere-se colocar à ponderação das Infraestruturas de Portugal, S.A. a obra dos passeios e lancis vistoriados, nomeadamente o troço do passeio, localizado entre o acesso às instalações da empresa Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A. e o acesso ao posto de abastecimento de combustível (troço de passeio visível no Anexo I - situação A) que, pela sua configuração e localização em relação à Estrada Nacional 113, é suscetível de causar situações de insegurança na circulação rodoviária e pedonal.--------- IV. --------- Ao abrigo do n.º 3 do art. 90º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), o requerente formulou os seguintes quesitos:-----1- O lancil encontra-se executado de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal de Ourém e infraestruturas de Portugal, I.P? Em caso de resposta negativa ao quesito, em que medida é que o lancil incumpre o projeto aprovado? -2- O lancil cumpre com os parâmetros para o efeito definidos na regulamentação específica da Infraestruturas de Portugal, I.P.? Em caso de resposta negativa ao quesito, quais as normas concretamente violadas?-----3- O passeio encontra-se executado de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Municipal de Ourém e Infraestruturas de Portugal, I.P.? Em caso de resposta negativa ao quesito, em que medida é que o passeio incumpre o projeto aprovado? -----4- O passeio cumpre com os parâmetros para o efeito definidos na regulamentação específica da Infraestruturas de Portugal, I.P.? Em caso de resposta negativa ao quesito, quais as normas concretamente violadas?--------- No que respeita aos quesitos colocados relativamente ao projeto aprovado pela Câmara Municipal de Ourém, do observado no local resulta que o passeio e lancil incumprem o projeto aprovado pela CMO, dado que o perfil transversal, existente no

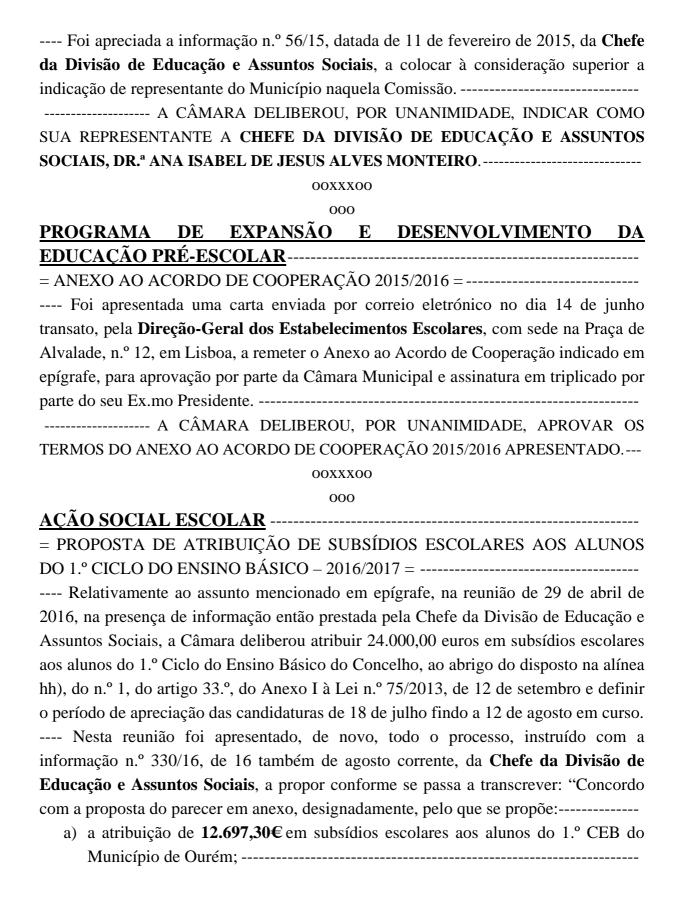


local, entre o eixo da Estrada Nacional 113 e o muro, não está executado de acordo com o projeto aprovado (no projeto o perfil é 6,04m e no local é 6,35m). ---------- No que respeita aos quesitos colocados relativamente ao projeto aprovado pela Infraestruturas de Portugal, SA, assim como aos parâmetros definidos na regulamentação específica da Infraestruturas de Portugal, é a referida entidade que tem competência para responder. ''---------- Por último consigna-se, em conformidade com o que dispõe o n.o 3 do artº 90º do DL n.º 555/99 de 16/12, alterado pelo DL n.º 136/14 de 09/09, que participou na vistoria o Arqt.º João Pedro de Figueiredo Lopes Pedrosa, na qualidade de perito nomeado pela Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.. --------- Estiveram também presentes, por parte da Câmara Municipal de Ourém, os colaboradores da Divisão de Obras Municipais: o Sr. João Miguel Baptista Bandeira Conde e o Sro. José Manuel Rodrigues Sousa, assim como por parte da Tecnorém -Engenharia e Construções, S.A., o Eng.º André de Oliveira Lopes, o Eng.º Gonçalo Baptista e a Arqt.^a Sónia Costa. (...)". ----------- A CÂMARA FICOU INTEIRADA DO TEOR DO AUTO DE VISTORIA N.º 11/2016, DE 27 DE JULHO DE 2016 E DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, SOLICITAR À INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., QUE SE PRONUNCIE A CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS **SOBRE NOMEADAMENTE** VISTORIADOS E RESPETIVA IMPLANTAÇÃO. --------- Os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, apresentaram a declaração, que se passa a transcrever: "Vem à reunião de Câmara o relatório da vistoria referente à construção de um posto de abastecimento da empresa Tecnorém, S.A. localizado na Estrada Nacional 113. --------- De acordo com o Relatório de Vistoria agora apresentado, no seu ponto 2 a comissão de vistoria refere as várias medições efetuadas constatando-se que as mesmas são superiores aos mínimos aprovados pelas diversas entidades. --------- No ponto 3, é referido o seguinte: --------- "Face ao exposto, sugere-se colocar à ponderação das Infra Estruturas de Portugal S.A. a obra dos passeios e lancis vistoriados, nomeadamente o troço do passeio, localizado entre o acesso às instalações da empresa Tecnorém – Engenharia e Construções S.A. e o acesso ao Posto de abastecimento de combustível (troço de passeio visível no anexo 1 – situação A) que, pela sua configuração e localização em relação à Estrada Nacional 113, é susceptível de causar situações de insegurança na circulação rodoviária e pedonal." ------









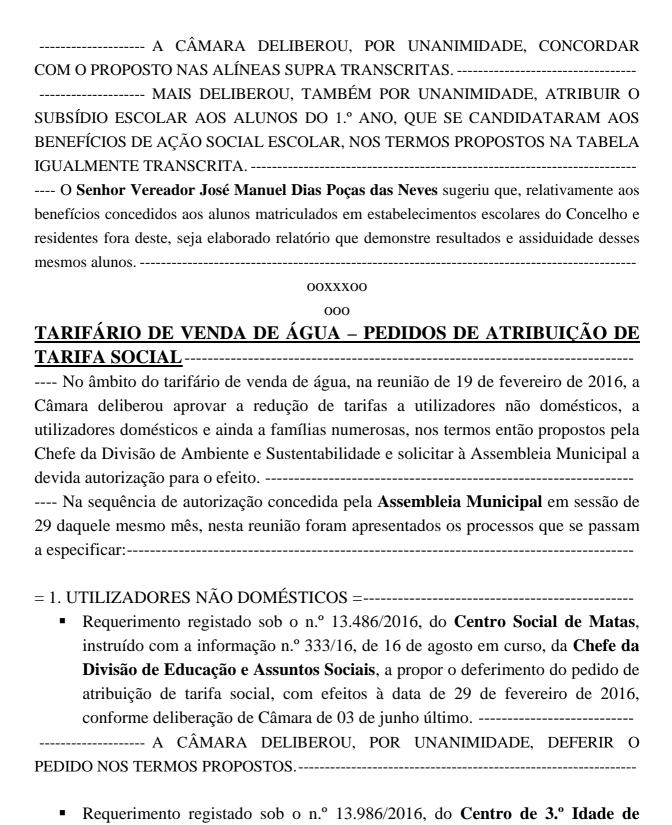


- b) que se comunique aos Agrupamentos de Escolas a lista dos alunos subsidiados com escalão A e B, não subsidiados e excluídos (cf. listagem Anexo I); -----
- c) que se defina um período de audiência dos interessados aos encarregados de educação que instruíram o processo (20.09.2016 a 20.10.2016);------
- d) que se divulgue na página oficial do Município que as listas estão disponíveis na Divisão de Educação e Assuntos Sociais e nos Agrupamentos de Escolas, assim como o período de audiência dos interessados;------
- e) que se comunique às entidades prestadoras das refeições a lista dos alunos subsidiados, de modo que façam refletir no preço das refeições o benefício a que os alunos têm direito, por força desta comparticipação; ------
- - Agrupamento de Escolas de Ourém: 6.955,50 €;-----
 - Agrupamento de Escolas de Conde Ourém: 3.979,90 €,-----
- Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão: 1.761,90 €. -----

Ano escolar	Escalão	Escalão A	Escalão B	Não Subsidiado	Excluídos	Total
1º ano	N.º de Candidaturas	40	84	27	0	151
	Valor por escalão (€) (comparticipação material escolar)	13,00€	6,00€	0€	0€	-
	Sub-total	520 €	546€	0€	0€	1.066,00€

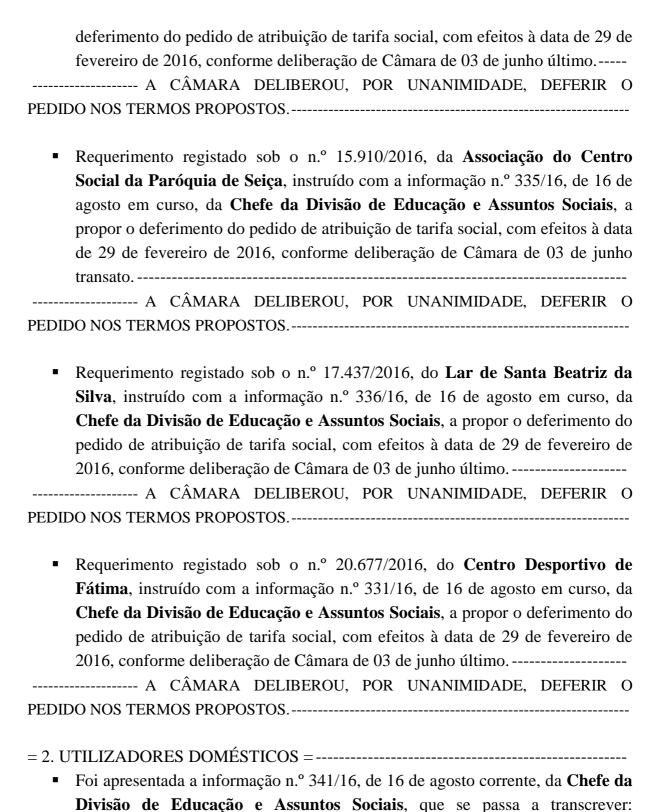
---- À consideração Superior." ------





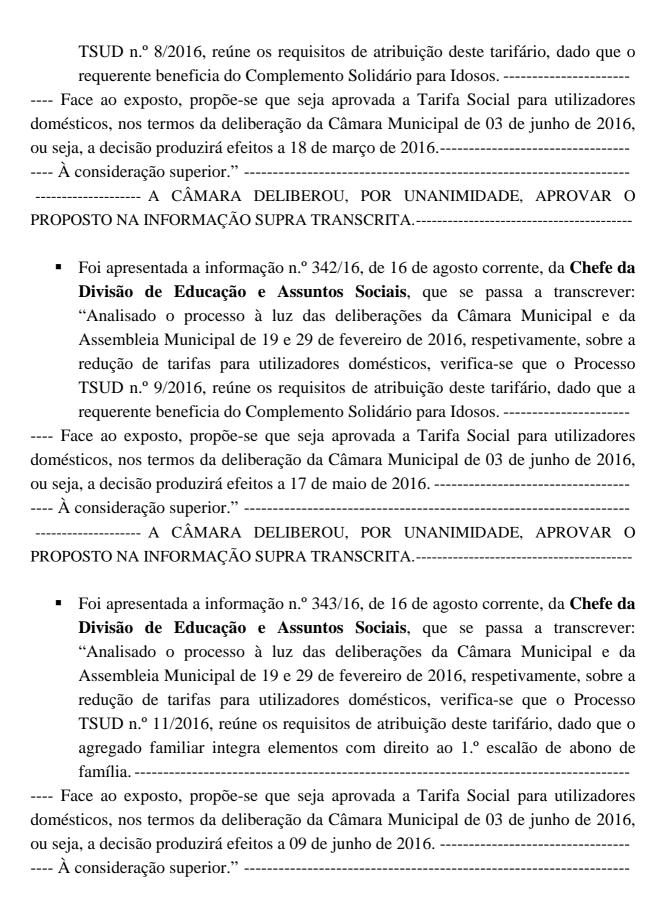
Gondemaria, instruído com a informação n.º 334/16, de 16 de agosto em curso, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, a propor o



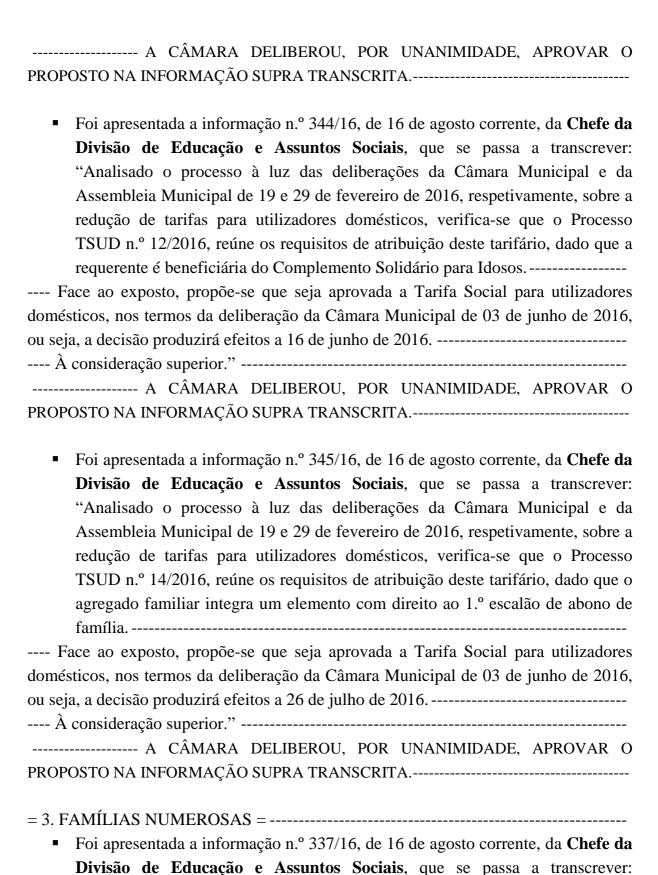


"Analisado o processo à luz das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de 19 e 29 de fevereiro de 2016, respetivamente, sobre a redução de tarifas para utilizadores domésticos, verifica-se que o Processo



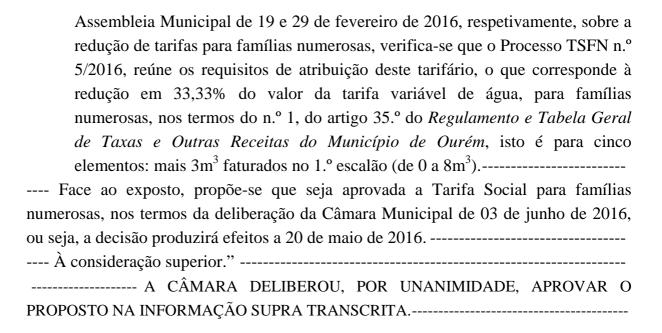






"Analisado o processo à luz das deliberações da Câmara Municipal e da

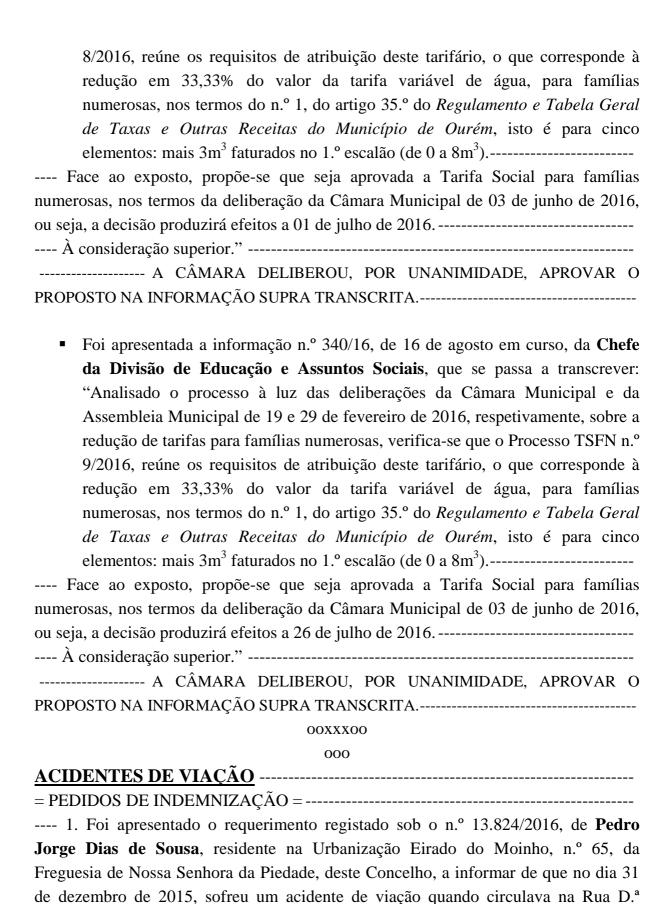




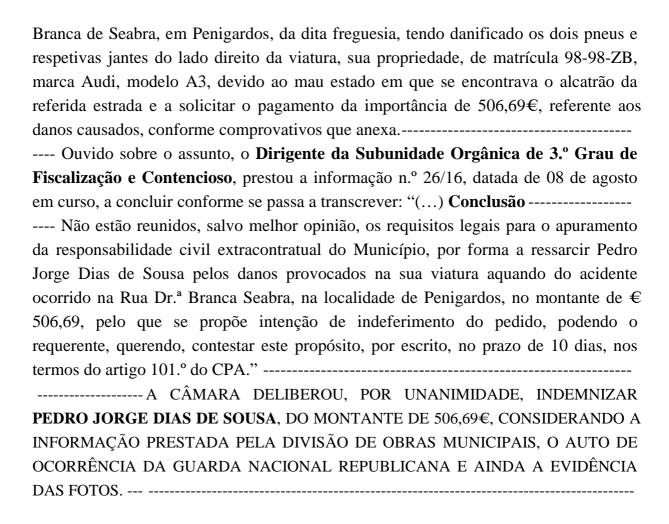
■ Foi apresentada a informação n.º 338/16, de 16 do corrente mês, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais, que se passa a transcrever: "Analisado o processo à luz das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de 19 e 29 de fevereiro de 2016, respetivamente, sobre a redução de tarifas para famílias numerosas, verifica-se que o Processo TSFN n.º 7/2016, reúne os requisitos de atribuição deste tarifário, o que corresponde à redução em 33,33% do valor da tarifa variável de água, para famílias numerosas, nos termos do n.º 1, do artigo 35.º do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, isto é para cinco elementos: mais 3m³ faturados no 1.º escalão (de 0 a 8m³).--------- Face ao exposto, propõe-se que seja aprovada a Tarifa Social para famílias numerosas, nos termos da deliberação da Câmara Municipal de 03 de junho de 2016, ou seja, a decisão produzirá efeitos a 07 de junho de 2016. --------- À consideração superior." ---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O PROPOSTO NA INFORMAÇÃO SUPRA TRANSCRITA.----

■ Foi apresentada a informação n.º 339/16, de 16 do corrente mês, da **Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais**, que se passa a transcrever: "Analisado o processo à luz das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de 19 e 29 de fevereiro de 2016, respetivamente, sobre a redução de tarifas para famílias numerosas, verifica-se que o Processo TSFN n.º

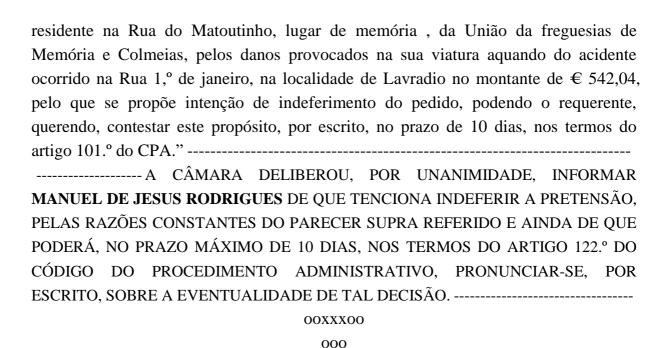












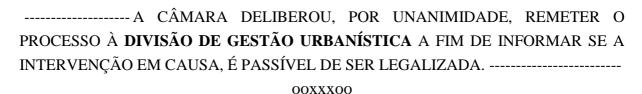
OBRA PARTICULAR --------- Foi apresentado o processo registado sob o n.º 5271/2015, do Serviço de

Fiscalização, instaurado a Francisco Pereira Vicente, residente na Rua Jacinta Marto, n.º 101, da Freguesia de Fátima, deste Concelho, por ter levado a efeito na referida morada, no 1.º andar, obras de alteração do alçado lateral esquerdo, fechando a varanda com uma estrutura em alumínio e vidro e com cobertura em chapa metálica, sem possuir o respetivo alvará de licença, instruído com os documentos que se passam a especificar:-----

- Ofício n.º 7201/2015, datado de 26 de março de 2015, a notificar **Francisco** Pereira Vicente, para no prazo de 30 dias a contar da notificação, proceder à instrução do respetivo pedido de licenciamento;-----
- Exposição registada sob o n.º 7782/2015, do munícipe interessado, a prestar os esclarecimentos que considera pertinentes ao deferimento da sua pretensão; ----
- Informação, datada de 10 de agosto em curso, do **Dirigente da Subunidade** Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, que se passa a transcrever: "Conforme informação verbal da fiscalização de 2016.08.09, a marquise mantém-se. -----

---- Na sequência da notificação para legalização e regularização da situação foi apresentado recurso hierárquico para C. M. que não foi objeto de decisão. --------- Mantém-se anterior informação sobre a necessidade de o requerente solicitar a regularização do ilegalmente edificado."-----



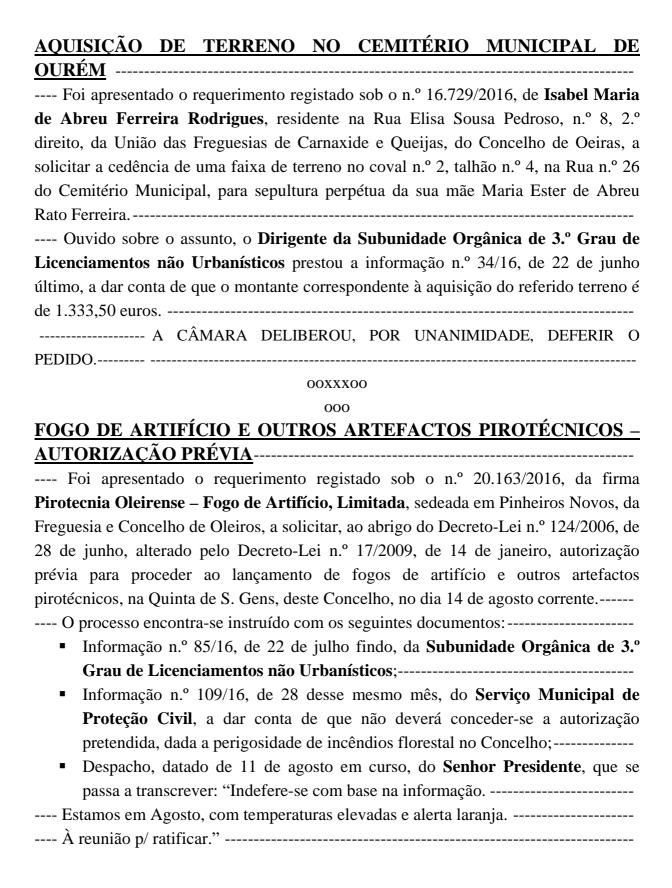


000

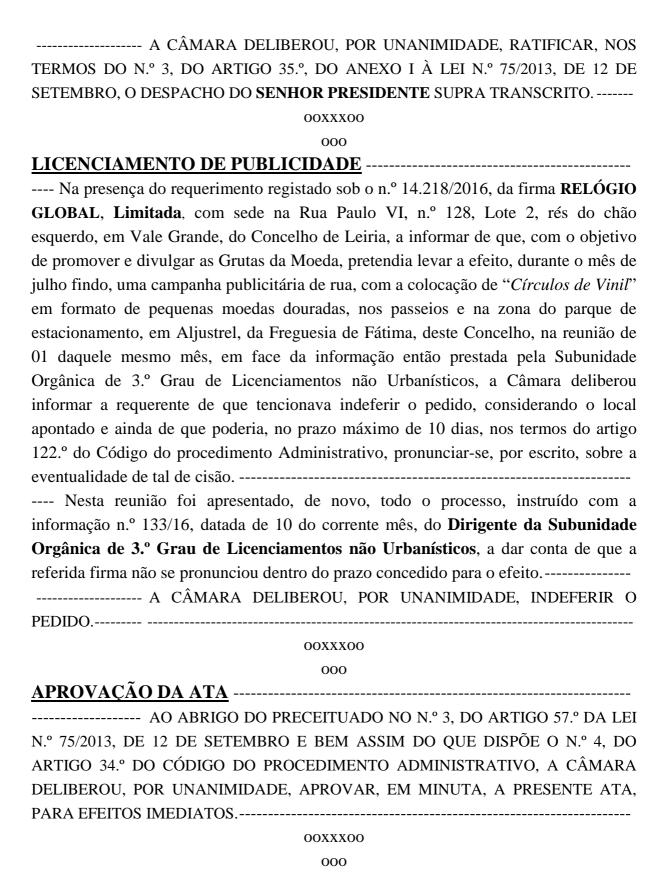
EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – OURÉM" ------

---- No âmbito da empreitada indicada em epígrafe, o Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, prestou a sua informação n.º 29/16, de 12 de agosto corrente, a colocar à consideração superior textos de protocolos a celebrar com a EDP Distribuição – Energia, S.A. e a Tagusgás, S.A., com o objetivo de clarificar as comparticipações e os encargos a suportar com a alteração das infraestruturas elétricas e de gás, respetivamente, incluindo direitos e deveres de cada um dos outorgantes e ainda texto de acordo de cedência de terrenos a celebrar com os proprietários confinantes com a referida avenida.---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE: -----PRIMEIRO – APROVAR OS TERMOS DOS PROTOCOLOS PROPOSTOS CONSTANTES DO ANEXO IV DA PRESENTE ATA; ------SEGUNDO – APROVAR O TEXTO DO ACORDO DE CEDÊNCIA DE TERRENOS APRESENTADO CONSTANTE DO ANEXO V TAMBÉM DA PRESENTE ATA. ---------- Votaram favoravelmente os Senhores Vereadores Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque, José Manuel Dias Poças das Neves e Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de Sousa Costa, que apresentaram a seguinte declaração de voto: "Vem à reunião de Câmara a proposta de celebração de protocolos entre o Município e as diversas entidades que vão intervir na Requalificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira em Ourém. ---- Se em relação ao protocolo a celebrar com a Tagusgás, o mesmo não nos suscita quaisquer dúvidas, já em relação ao protocolo com a EDP a situação é diferente, já que na sua cláusula 3, alínea d) é indicado que o fornecimento, montagem e ligação de iluminarias em coluna equipadas com lâmpadas compete à EDP. --------- Dada a especificidade desta obra, entendemos ser muito vago o descritivo apresentado nesta alínea, pelo que, solicitámos a consulta dos anexos ao presente protocolo. ---------- Embora ainda não tenhamos tido acesso à referida informação, foi-nos comunicado verbalmente que as especificações acima enunciadas estão devidamente acauteladas, pelo que os Vereadores das Coligação votam favoravelmente estas minutas." ------

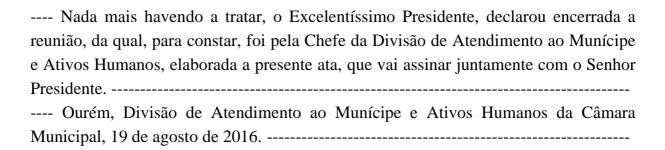












O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 19/08/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

= Reforço da cobertura da rede móvel do Concelho de Ourém – Informação n.º 25/16, datada de 11 de agosto corrente, do Gabinete de Apoio à Presidência.

2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

- = Ampliação do número de compartes:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 20.073/2016, de Conceição Clara Serafim, sobre prédio sito em Ramalheira União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 20.825/2016, de Maria Inácia Lopes Aquino, sobre prédio sito em Pinheiro Freguesia de Nossa Senhora da Piedade.

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

3.1. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

- = Contrato da empreitada de "Reabilitação do Caminho Municipal Matas Espite 2.ª fase"
- Apreciação da minuta do contrato;
- = Contrato de "Fornecimento de energia Acordo Quadro de eletricidade da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo" Apreciação da minuta do Contrato:
- = Lote de terreno sito na Avenida D. Nuno Álvares Pereira Ourém Informação n.º 113/16, de 06 de maio de 2016, do Serviço de Património e Notariado.

4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

= Projeto de Requalificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira – Ourém – Informação n.º 482/16, datada de 16 de agosto em curso, da Divisão de Obras Municipais.

5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Informação n.º 420/16, de 04 de julho findo, da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
 - 2. Informação n.º 422/16, de 05 de julho findo, da DAS;



- 3. Informação n.º 425/16, de 05 de julho findo, da DAS;
- 4. Informação n.º 434/16, de 11 de julho findo, da DAS;
- 5. Informação n.º 481/16, de 01 de agosto em curso, da DAS.

6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 1333/2009, de que é titular a firma Auto Reparadora Elétrica de Fátima, Limitada, instruído com o Parecer, datado de 03 de agosto em curso, da Comissão prevista no artigo 98.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM);
 - 2. Processo registado sob o n.º 316/2014, de que é titular Manuela Ribeiro Boaventura, instruído com o Parecer, datado de 03 de agosto em curso, da Comissão prevista no artigo 98.º do RPDM;
 - 3. Processo registado sob o n.º 104/2015, de que são titulares Fernando Paulo Lopes Faria e Rosa de Lurdes Félix Pereira, instruído com o Parecer, datado de 03 de agosto em curso, da Comissão prevista no artigo 98.º do RPDM;
 - 4. Processo registado sob o n.º 290/2015, de que é titular Isidro Faria Marques de Sousa, instruído com o Parecer, datado de 03 de agosto em curso, da Comissão prevista no artigo 98.º do RPDM;
 - 5. Processo registado sob o n.º 334/2015, de que é titular a firma Antunes & Rodrigues, Limitada, instruído com o Parecer, datado de 03 de agosto em curso, da Comissão prevista no artigo 98.º do RPDM;
 - 6. Processo registado sob o n.º 341/2015, de que é titular Luís Manuel Gameiro de Oliveira, instruído com o Parecer, datado de 03 de agosto em curso, da Comissão prevista no artigo 98.º do RPDM;
 - 7. Processo registado sob o n.º 16/2016, de que é titular a firma Houserule Unipessoal, Limitada, instruído com o Parecer, datado de 03 de agosto em curso, da Comissão prevista no artigo 98.º do RPDM;
 - 8. Processo registado sob o n.º 944/2011, de que é titular a firma Habinubero Construções, Sociedade Unipessoal, Limitada, instruído com a informação n.º 36/16, de 02 de agosto corrente, da Divisão de Gestão Urbanística (DGU);
 - 9. Processo registado sob o n.º 347/2014, de que é titular a firma Tecnorém Engenharia e Construções, S.A., instruído com o Auto de Vistoria, datado de 27 de julho de 2016;
 - 10. Processo registado sob o n.º 154/2016, de que é titular a firma Pereira Silva & Reis, Limitada, instruído com a informação n.º 281/16, de 19 de julho findo, da DGU.

7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

- = Comissão Social de Freguesia Nomeação de representante do Município Informação n.º 56/15, datada de 11 de fevereiro de 2015, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais (DEAS);
- = Programa de expansão e desenvolvimento da educação Pré-escolar Anexo ao Acordo de Cooperação 2015/2016 Informação n.º 285/16, de 04 de julho findo, da DEAS;
- = Ação Social Escolar Proposta de atribuição de subsídios escolares aos alunos do 1.º Ciclo do ensino Básico Ano letivo 2016/2017 Informação n.º 330/16, de 16 do corrente mês, da Chefe da DEAS;
- = Tarifário de venda de água Pedidos de atribuição de tarifa social:
 - 1. Utilizadores não domésticos:



- Requerimento registado sob o n.º 13.476/2016, do Centro Social de Matas, instruído com a informação n.º 333/16, de 16 de agosto em curso, da Chefe da DEAS;
- Requerimento registado sob o n.º 13.986/2016, do Centro de Terceira Idade de Gondemaria, instruído com a informação n.º 334/16, de 16 de agosto em curso, da Chefe da DEAS;
- Requerimento registado sob o n.º 15.910/2016, da Associação do Centro Social da Paróquia de Seiça, instruído com a informação n.º 335/16, de 16 de agosto em curso, da Chefe da DEAS;
- Requerimento registado sob o n.º 17.437/2016, do Lar de Santa Beatriz da Silva, instruído com a informação n.º 336/16, de 16 de agosto em curso, da Chefe da DEAS;
- Requerimento registado sob o n.º 20.677/2016, do Centro Desportivo de Fátima, instruído com a informação n.º 331/16, de 16 de agosto em curso, da Chefe da DEAS;

2. Utilizadores domésticos:

- Informação n.º 341/16, de 16 de agosto corrente, da Chefe da DEAS;
- Informação n.º 342/16, de 16 de agosto corrente, da Chefe da DEAS;
- Informação n.º 343/16, de 16 de agosto corrente, da Chefe da DEAS;
- Informação n.º 344/16, de 16 de agosto corrente, da Chefe da DEAS;
- Informação n.º 345/16, de 16 de agosto corrente, da Chefe da DEAS;

3. Famílias numerosas:

- Informação n.º 337/16, de 16 de agosto corrente, da Chefe da DEAS;
- Informação n.º 338/16, de 16 de agosto corrente, da Chefe da DEAS;
- Informação n.º 339/16, de 16 de agosto corrente, da Chefe da DEAS;
- Informação n.º 340/16, de 16 de agosto corrente, da Chefe da DEAS.

8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

- = Acidentes de viação Pedidos de indemnização:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 13.824/2016, de Pedro Jorge Dias de Sousa, sobre o acidente ocorrido na Rua D.ª Branca Seabra, na localidade de Penigardos Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, no dia 31/12/2015;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 14.079/2016, de Manuel de Jesus Rodrigues, sobre o acidente ocorrido na Rua 1.º de Janeiro, na localidade de Lavradio União das Freguesia de Matas e Cercal, no dia 08/05/2016;
- = Obra particular Informação, datada de 10 de agosto em curso, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso;
- = Empreitada de "Requalificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira Ourém" Propostas de protocolos e proposta de acordo de cedência de terreno Informação n.º 29/16, de 12 do corrente mês, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso:

9. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS

= Aquisição de terreno no Cemitério Municipal de Ourém – Requerimento registado sob o n.º 16.729/2016, de Isabel Maria de Abreu Ferreira Rodrigues, a solicitar a aquisição de terreno para sepultura perpétua;



= Fogo de artifício e outros artefactos pirotécnicos — Autorização prévia — Requerimento registado sob o n.º 20.163/2016, da firma Pirotecnia Oleirense — Fogo de Artifício, Limitada; = Licenciamento de publicidade — Processo registado sob o n.º 14.218/2016, da firma Relógio Global, Limitada, instruído com a informação n.º 133/16, datada de 10 de agosto em curso, do Dirigente da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Licenciamento não Urbanísticos.

Câmara Municipal de Ourém, 16 de agosto de 2016

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 05-08-2016 a 18-08-2016

Processo nº	Requerente	Local
205/2015	Adélio Carlos Oliveira	Travessa de São Miguel – Cova da Iria – freguesia de Fátima
964/2008	Aliança de Santa Maria	Rua de Santa Clara – Cova da Iria – freguesia - Fátima
964/2008	Aliança de Santa Maria	Rua de Santa Clara, n.º 23 – Moita Redonda – freguesia de Fátima
1221/1989	Álvaro de Jesus Silva	Travessa Nossa Sra. das Vitórias, n.º 11 – Edifício 2001 – R/C Dto. – freguesia de Fátima
215/2016	Américo Dias Conceição e Maria do Carmo Gomes e Silva Dias da Conceição	Rua do Poço da Valada – freguesia - Fátima
151/2016	Ângela Filipa Maia Pereira	Rua Principal, n.º 81 – Porto Carro – Freixianda – da União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
256/2014	Armindo Matias Luís e Outros	Rua da Calçada – Boleiros – freguesia de Fátima
36/2015	Auto Reparadora Sérgio Dias Lopes Lda	Rua Vale da Burra, n.º 11 – Carvalhal do Meio – Rio de Couros – da União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
361/2015	Bastos Abreu – Soluções Agropecuárias Lda	Rua do Nabão Sul, n.º 111 – Avanteira – Freixianda – da União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
332/2015	Cristiano Gonçalves Pereira	Rua da Charneca, n.º 49 – Moimento – freguesia de Fátima
259/2015	Fernando de Sousa Reis	Rua Principal - Tomareis - Olival - da União das freguesias de Gondemaria e Olival
100/2016	Fernando Valente Rosa	Rua Dom Nuno Álvares Pereira, n.º 10 – Freixianda – da União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
219/2015	Freixiovo – Produção e Comercialização de Ovos Lda	Rua 25 de Abril – Granja - Freixianda - da União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
174/2016	Hotel Estrela de Fátima Lda	Rua Cónego Formigão, n.º 40 – Cova da Iria – freguesia de Fátima
267/2015	José António Rei Carvalho e Outra	Rua de São João, n.º 16 - Pontes - freguesia de Caxarias
94/2016	José Luís Laíns	Zambujal – Atouguia – freguesia de Atouguia
1221/1989	Lucília de Jesus Silva	Travessa Nossa Sra. das Vitórias, n.º 11 – Edifício 2001 – R/C Esq. – freguesia de Fátima
226/2016	Major, Santos & Filhos Lda	Rua António Justiniano Luz Preto – Ourém –



		freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade
200/2015	Manuel Vieira da Silva	Estrada de Fátima, n.º 610 - Atouguia - freguesia de Atouguia
357/2014	Maria Alice Ferreira de Oliveira Pereira	Vale da Perra – Atouguia – freguesia de Atouguia
58/2015	Maria da Luz Vitória da Silva Pereira e Outro	Rua Papa João Paulo II - nºs 63; 67; 71; 75; 79; 83 e 87 - Cova da Iria - freguesia de Fátima
61/2014	Maria Joaquina Nunes Pereira Patriarca	Rua do Castelo – Conceição – Gondemaria – da União das freguesias de Gondemaria e Olival
338/2015	Mário Marques Ladeira	Estrada da Amieira - Mata – freguesia de Urqueira
106/2012	Micronipol – Micronização e Reciclagem Polímeros S.A.	Valongo – Freixianda - da União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
1886/2010	Sérgio Emanuel Gomes Vieira	Rua do Comendador Armando da Silva Lopes – Lote 9 – freguesia de Caxarias
207/2015	Soulfire, S.A.	Zona Industrial da Chã – Avenida 21 de Julho – freguesia de Caxarias

Ourém, 19 de agosto de 2016

A Assistente Técnica de Apoio Administrativo da DGU



DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 05/08/2016 a 17 /08/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
20377	Condomínio do Edifício Central	Inspeção de elevador
20376	Condomínio do Edifício Santa Cruz	Inspeção de elevador
20168	Condomínio do Edifício Caminho dos Pastorinhos	Inspeção de elevador
20374	Condomínio do Edifício Monumental	Inspeção de elevador
20486	Condomínio do Edifício AGA(M)	Inspeção de elevador
20167	Condomínio Edifício Malmequer	Inspeção de elevador
20166	Condomínio Edifício Oureana	Inspeção de elevador
20373	Condomínio Edifício Império	Inspeção de elevador
20366	Condomínio Edifício Panorâmico	Inspeção de elevador
20362	Condomínio Edifício Avenida	Inspeção de elevador
20169	Condomínio Edifício dos Pastorinhos	Inspeção de elevador
19932	José Vieira dos Reis	Inspeção de elevador
20084	Maria Lourdes Jesus	Inspeção de elevador
20364	Condomínio Edifício Jacinta Marto, 169	Inspeção de elevador
20360	Condomínio Edifício São João de Eudes	Inspeção de elevador
20309	Congreg. Das Relig. Escravas da Sant. Eucarist. E mãe de Jesus	Inspeção de elevador
20307	Congreg. Das Relig. Escravas da Sant. Eucarist. E mãe de Jesus	Inspeção de elevador
20306	Congreg. Das Relig. Escravas da Sant. Eucarist. E mãe de Jesus	Inspeção de elevador
20305	Congreg. Das Relig. Escravas da Sant. Eucarist. E mãe de Jesus	Inspeção de elevador
21086	Condomínio Edifício Omega	Inspeção de Elevador
21083	Condomínio Edifício Omega	Inspeção de Elevador
21072	Condomínio Edifício Egas Moniz	Inspeção de Elevador
21073	Condomínio Edifício Egas Moniz	Inspeção de Elevador
21079	Condomínio Edifício Castela 15	Inspeção de Elevador



21056	Condomínio Edifício Residencial Parque	Inspeção de Elevador
21047	Condomínio Edifício Albano Rodrigues	Inspeção de Elevador
21054	Condomínio Edifício Residencial Parque	Inspeção de Elevador
21050	Condomínio Edifício Palmeira	Inspeção de Elevador
21049	Condomínio Edifício Palmeira	Inspeção de Elevador
21128	Condomínio Edifício Sol	Inspeção de Elevador
21813	Lar de Santa Beatriz da Silva	Inspeção de Elevador
21811	Condomínio do Prédio nº 292 – Av. D.J.A.C.S	Inspeção de Elevador
20668	Fábrica da Igreja Paroquial de Urqueira	Licença Especial de Ruído
20706	Diogo Rui Martins Ferreira	Licença Especial de Ruído
21101	Espite Aventura – Associação Conhecimento de Espite	Licença Especial de Ruído
21181	Fabrica Igreja Paroquial Gondemaria	Licença Especial de Ruído
21234	Fábrica da Igreja Paroquial de Urqueira	Licença Especial de Ruído
21029	P'escola, Associação Cultural e desportiva Soutaria	Licença Especial de Ruído
21412	Fabrica da Igreja de Nª Sª da Piedade	Licença Especial de Ruído
21325	Fabrica Igreja Na Sa da Piedade	Licença Especial de Ruído
19655	Acústica Médica	Ocupação de Espaço Público
21824	Associação Cultural Despacho Vale Travesso	Pedido Licença Ruído
21475	Associação Cult. Recrea. e Desp. de Fontainhas da Serra	Pedido Licença Ruído
21560	Liga dos amigos dos Bombeiros Espite	Pedido Licença Ruído
20368	Vespa Clube de Fátima	Pedido Licença Ruído
22106	Ana Cristina Varão Peres Alves	Pedido Licença Ruído
20393	Pedro Manuel Lourenço Neto	Vendedor do Mercado Municipal
20395	Helena Catarina Pereira Fernandes	Vendedor do Mercado Municipal



Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



Empreitada de Requalificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira

Protocolo - EDP

Considerando que o Município de Ourém pretende levar a efeito a empreitada de "Requalificação da Av. D.Nuno Álvares Pereira", na cidade de Ourém, cuja execução carece da intervenção nas redes de infra-estruturas elétricas, de telecomunicações, de abastecimento de água, de esgotos domésticos, de drenagem de águas pluviais e de gás;

Considerando que as entidades que prestam aqueles serviços públicos, se mostraram disponíveis para comparticipar nas obras da referida empreitada conforme reuniões efetuadas, onde ficou estabelecido que a assunção das comparticipações seria objeto de protocolo a celebrar com cada uma das entidades envolvidas;

Entre

Município de Ourém, representado por.....como primeiro outorgante

EDP Distribuição representada por......como **segundo outorgante** é celebrado o presente protocolo nos termos e de acordo com as cláusulas seguintes:

1.a

O presente protocolo tem como objeto a definição e atribuição de responsabilidades dos outorgantes e as comparticipações e encargos a suportar com a alteração das infra-estruturas elétricas na empreitada de "Requalificação da Av. D. Nuno Álvares Pereira" na cidade de Ourém.

2.a

Compete ao primeiro outorgante:

- a) A realização de todas as obras de construção civil, abertura e tapamento de vala incluindo o fornecimento e aplicação de areia para envolvimento da tubagem, elementos de sinalização e proteção dos cabos, caixas de visita em alvenaria ou préfabricadas, fornecimento e colocação de tubagem de acordo com o projeto devidamente macissadas por betão nas zonas de travessia de vias rodoviárias e reposição de todo e qualquer tipo de pavimento;
- b) O fornecimento e montagem de manilhas de betão para montagem das colunas de iluminação pública, incluindo areia para posterior arvoramento das mesmas.

3.°

Compete ao segundo outorgante:

- a) O fornecimento, montagem e ligação de todos os cabos de distribuição de energia elétrica, incluindo os ramais para a ligação das instalações existentes;
- b) O fornecimento, montagem e ligação de todos os cabos para a ligação da iluminação pública, assim como todos os acessórios necessários para o efeito:
- c) O fornecimento, montagem e ligação de colunas de iluminação pública, assim como todos os acessórios necessários para o efeito;
- d) O fornecimento, montagem e ligação de iluminarias em coluna, equipada com lâmpada, incluindo todos os acessórios necessários para o e feito;



- e) Fornecimento, montagem e ligação de armários de distribuição de energia em baixa tensão, incluindo os fusíveis para proteção dos condutores;
- f) O fornecimento e montagem e ligação de portinholas para ligação dos ramais de alimentação aos edifícios existentes;
- g) A execução das ligações à terra em todos os armários e colunas de iluminação pública, incluindo todos os acessórios necessários para o efeito;
- h) A desmontagem e transporte para destino final de todos os equipamentos retirados da rede;
- i) A realização de inspeção técnica por entidade externa para deteção de não conformidades na realização das atividades a realizar pela EDP Distribuição, incluindo ensaios aos materiais aplicados e medições de terras.

4.ª

O presente protocolo, bem como os seus anexos fazem parte integrante do processo de concurso da empreitada

Ourém ___/__/
O 1.° outorgante
O 2.° outorgante



Empreitada de Requalificação da Avenida D.Nuno Álvares Pereira

Protocolo – Tagusgás

Considerando que o Município de Ourém pretende levar a efeito a empreitada de "Requalificação da Av. D.Nuno Álvares Pereira", na cidade de Ourém, cuja execução carece da intervenção nas redes de infra-estruturas elétricas, de telecomunicações, de abastecimento de água, de esgotos domésticos, de drenagem de águas pluviais e de gás;

Considerando que as entidades que prestam aqueles serviços públicos, se mostraram disponíveis para comparticipar nas obras da referida empreitada conforme reuniões efetuadas, onde ficou estabelecido que a assunção das comparticipações seria objeto de protocolo a celebrar com cada uma das entidades envolvidas; Entre

Município de Ouvém agracante de par
Município de Ourém, representado porcomo primeiro outorgante
Tagusgás representada porcomo segundo outorgante é celebrado o presente protocolo nos termos e de acordo com as cláusulas seguintes:
1.ª
O presente protocolo tem como objeto a definição e atribuição de responsabilidades dos outorgantes e as comparticipações e encargos a suportar com a alteração das infra-estruturas infraestruturas de abastecimento de gás na empreitada de "Requalificação da Av. D. Nuno Álvares Pereira", na cidade de Ourém. 2.ª
Compete ao primeiro outorgante:
 c) A realização de todas as obras de construção civil, abertura e tapamento de vala incluindo o fornecimento e aplicação de areia para envolvimento da tubagem, elementos de sinalização e proteção dos cabos, caixas de visita em alvenaria ou préfabricadas, fornecimento e colocação de tubagem de acordo com o projeto devidamente macissadas por betão nas zonas de travessia de vias rodoviárias e reposição de todo e qualquer tipo de pavimento; d) O fornecimento e montagem de manilhas de betão. 3.ª
Compete ao segundo outorgante:
A execução da instalação da rede de distribuição de gás natural (tubagem, acessórios, instalação mecânica e inspeção) conforme projeto EVNO 001/14, apresentado ao Município.
4.ª
O presente protocolo, bem como os seus anexos fazem parte integrante do processo de concurso da empreitada
Ourém//
O 1.° outorgante

O 2.º outorgante



ACORDO DE CEDÊNCIA DE TERRENO Requalificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira - Ourém

Considerando que a Câmara Municipal pretende levar a efeito obras de requalificação da Avenida D. Nuno Álvares, em Ourém:

Considerando que para a execução das obras é necessário ocupar algumas parcelas de terreno dos prédios que marginam a avenida, em conformidade com o projeto;

Considerando o relevante interesse público na reabilitação daquela avenida e dado que se trata de um dos objetivos específicos previstos na Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Ourém, publicada na II Série do DR n.º 71, em 12 de Abril de 2016;

Considerando a disponibilidade manifestada pelos proprietários em ceder gratuitamente as referidas parcelas;

Considerando a necessidade de se proceder à formalização da utilização das parcelas de terreno pela Câmara Municipal, legitimando a execução das obras e a implantação das infra-estruturas e equipamentos necessários;

entre			
	,	, residente er	n
, n.			_,
do Concelho de, o	contribuinte n.º	, como primeir	0
outorgante.			
e			
Paulo Alexandre Homem de O	Oliveira Fonseca , Presid	lente da Câmara Municipal d	e
Ourém, em representação do Mu	nicípio, pessoa coletiva	de direito público n.º 501 28	0
740, como segundo outorgante ,			
É celebrado o presente acordo de cláusulas seguintes:	e cedência de terreno, n	nos termos e de acordo com a	.S
	Primeira		
O primeiro outorgante cede, ac	o segundo outorgante,	uma parcela de terreno sita n	a
Avenida D. Nuno Álvares Pereira	a, em Ourém, com a áre	ea de metros quadrados	e
melhor identificada na planta ane	exa ao presente acordo, o	destinada a integrar o domíni	o
público do Município, a desanex	ar do prédio inscrito na	a matriz predial d	a



Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, sob o artigo n.º e descrito na
Conservatória do Registo Predial de Ourém, sob o n.º, da mesma freguesia.
Segunda
A parcela de terreno indicada, objeto de cedência, destina-se às obras de requalificação
da Avenida D. Nuno Álvares Pereira, em Ourém
Terceira
Compete ao primeiro outorgante:
1 - Ceder gratuitamente a parcela de terreno acima identificada;
2 - Não praticar qualquer ato que de alguma forma prejudique, dificulte ou onere a execução das obras de requalificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira,
Quarta
Compete ao segundo outorgante:
1- Certificar que a área cedida seja incluída no cálculo dos índices de construção, afetos à edificabilidade do prédio, em caso de licenciamento de qualquer construção.
2 - Proceder à regularização matricial no Serviço de Finanças e à regularização da descrição predial na conservatória do registo predial.
Quinta
Todos os casos omissos no presente acordo de cedência serão resolvidos por
acordo entre as duas partes.
Ourém//
O primeiro outorgante,
O segundo outorgante,